

**13.º CONCURSO
2002**

PROVA ESCRITA GERAL

Todas as questões devem ser justificadas mencionando-se, sempre que for o caso, a legislação pertinente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (30 pontos)

Com a população assolada por um surto epidemológico de grandes proporções, o Governador do Estado X ordena o desenvolvimento de um programa urgente de vacinação e de combate aos vetores da enfermidade.

Acionada, a sua assessoria o adverte de que esse projeto não poderá ser implementado, porquanto o artigo 167, I da Constituição impede o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual, como é o caso, ainda porque o Governador não tem suporte constitucional para editar Medida Provisória e se os contratos neles previstos viessem a ser celebrados, seriam todos anulados.

Adverte-o, mais, a assessoria, de que a terceirização da aplicação de vacinas, como vem no programa, é substitutiva de servidores e, por isso, vedada, por ultrapassar os limites de gastos de pessoal permitidos pela Lei Complementar 101/2000.

Como apreciaria o candidato esses óbices e fundamentaria seu pronunciamento como Procurador do Estado?

2ª Questão (40 Pontos)

Associação de Consumidores dirige ao Governador do Estado recurso contra decisão de entidade reguladora de serviços públicos, alegando que o ato foi proferido em única instância, sem prévia audiência pública, sem pareceres técnicos suficientes e contrariamente aos princípios estabelecidos na lei instituidora da entidade.

Consultada a Procuradoria Geral do Estado sobre o cabimento do recurso, emita a sua opinião.

3ª Questão (30 pontos)

Em ação de desapropriação indireta, o ente público alega que usucapiu, após mais de 20 (vinte) anos de uso ininterrupto, a faixa de uma servidão de passagem de pedestres, que, por ato administrativo, veio a ser convertida em logradouro público, por isto que descaberia o pleito indenizatório. Opine sobre a alegação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (40 pontos)

Dissertação

As prerrogativas da Fazenda Pública no processo de conhecimento (procedimento comum).

2ª Questão (30 pontos)

A revelia afasta a incidência do parágrafo 2º do artigo 515 do Código de Processo Civil?

3ª Questão (30 pontos)

Rejeitados os embargos do devedor na execução fiscal, pode este propor ação anulatória do débito, invocando fundamento(s) jurídico(s) não alegado(s) nos embargos?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (60 pontos)

EMENDA CONSTITUCIONAL, DIREITO ADQUIRIDO E EXPECTATIVA DE DIREITO.

Disserte objetivamente sobre o tema, abordando os seguintes tópicos:

Distinção entre direito adquirido e expectativa de direito;

Possibilidade de controle de constitucionalidade de emenda à Constituição;

Sentido e alcance do termo *lei* no inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição da República.

2ª Questão (40 pontos)

Em ação declaratória de constitucionalidade julgada procedente, o Supremo Tribunal Federal considerou válido determinado dispositivo legal. Indaga-se: se vier a ser posteriormente ajuizada ação direta de inconstitucionalidade tendo por objeto o mesmo dispositivo legal, pode o Supremo Tribunal Federal voltar a se pronunciar sobre a matéria?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (40 pontos)

Responda se são simples ou empresárias:

- uma sociedade limitada que tenha por objeto a criação de gado e crie 5.000 cabeças em uma área de 10.000 hectares no estado de Mato Grosso do Sul;
- uma sociedade anônima que tenha por objeto a prestação de serviços médicos;
- uma sociedade limitada que tenha por objeto a prestação de serviços de auditoria.

2ª Questão (30 pontos)

O direito privado brasileiro admite a revisão judicial dos contratos?

3ª Questão (30 pontos)

Um prisioneiro do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro falece acometido de pneumonia. A viúva propõe ação de responsabilidade civil contra o Estado, sob o fundamento de que a este cabia zelar pela integridade física de seu marido. Assiste-lhe razão?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (50 pontos)

Quais são as diferenças entre interpretação, integração e correção de antinomias no direito tributário?

2ª Questão (50 pontos)

Empresa “A” teve lavrado contra si auto de infração no qual se exigiu ICMS incidente sobre saídas de mercadorias de seu estabelecimento comercial. Após discussão da legitimidade do crédito tributário na esfera administrativa, foi ele considerado devido, em caráter definitivo, sendo inscrito na dívida ativa estadual. Antes do ajuizamento da execução fiscal, a empresa “A” aliena imóvel, único bem de sua propriedade passível de penhora em execução fiscal. Como pretende participar de procedimento licitatório aberto pela União, requer a empresa “A”, ao Fisco Estadual, a expedição de certidão negativa de tributos, tendo em vista tratar-se de documento indispensável à sua participação na licitação.

Diante de todo o enunciado, responda fundamentadamente:

- A – a alienação de imóvel pelo contribuinte pode ser considerada como realizada em fraude à Fazenda Pública?
- B – o contribuinte tem direito à expedição de certidão positiva com efeitos negativos?

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1ª Questão (40 pontos)

Aplica-se à Empresa Pública que dependa do erário para suas despesas de pessoal reajuste salarial validamente estabelecido em convenção coletiva de trabalho? Responda fundamentadamente.

2ª Questão (40 pontos)

Em reclamação trabalhista em que o reclamante, empregado de empresa que recebeu do Estado, via contrato de concessão, a operação de serviço público

anteriormente prestado por Sociedade de Economia Mista, a reclamada denuncia da lide a empresa antecessora e esta chama ao processo o Estado do Rio de Janeiro. Na condição de Procurador, apresente seus argumentos de defesa do Estado.

3ª Questão (20 pontos)

Faça a distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

PROVAS ESCRITAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão (40 pontos)

Com vistas a fomentar o desenvolvimento turístico no Estado, o Governador envia Projeto de Lei à Assembléia Legislativa instituindo um Programa através do qual é criada uma rede de **pousadas estaduais** de baixo custo em locais de interesse paisagístico, histórico, cultural e climático, contemplando ainda garantia de rentabilidade mínima.

Aprovada a referida Lei, a Administração inicia a outorga de **autorizações** a empresas que, por requerimento, manifestem sua adesão ao programa e se comprometam por termo a satisfazer requisitos homogêneos e integralmente pré-estabelecidos na Lei para construir e explorar pousadas estaduais em áreas dominiais pré-selecionadas. Para atrair parceiros, todos os termos prevêem a solução expedita de litígios através de **arbitragem**.

Um ano depois de outorgadas as autorizações e não tendo ocorrido suficientes parceiros para atender a todos os locais previstos, o Estado decide **revogá-las** todas sob a alegação de que, primeiro, o Estado não pode delegar serviços públicos por autorização e, segundo, que tampouco lhe seria lícito fazê-lo sem licitação.

As empresas autorizadas, colhidas pela decisão revocatória, embora com investimentos realizados em seus respectivos projetos, solicitam em conjunto a instauração da instância arbitral prevista para dirimir os conflitos, mas a Administração o denega sob a alegação de que esse compromisso previsto nos termos é **nulo** porque o Estado não pode submeter a arbitramento os interesses públicos sob sua cura.

Submetido o impasse à Procuradoria Geral do Estado, pede-se solução para as seguintes questões suscitadas:

Juridicidade ou injuridicidade das autorizações outorgadas;

- A necessidade ou desnecessidade de preceder as autorizações de licitação;
- A revogabilidade ou irrevogabilidade das autorizações outorgadas;
- A possibilidade ou impossibilidade jurídica de submeter a questão à arbitragem.

Responda motivadamente aos quesitos enfrentando as questões jurídicas propostas.

2ª Questão (30 pontos)

Com base em parecer de Procurador do Estado, que desempenha funções de sua consultoria jurídica, Secretário de Estado declara inexigível licitação para contratação de serviços técnico-especializados e contrata-os. O Tribunal Estadual de Contas inquina de ilegalidade a contratação e responsabiliza, solidariamente com o Secretário, o Procurador do Estado que emitiu o parecer perfilhado para a decisão.

Opine, fundamentadamente, sobre o cabimento ou descabimento da responsabilização do Procurador do Estado.

3ª Questão (30 pontos)

Em 1985, o órgão próprio autorizou que candidata portadora de graves deficiências motoras (paraplégica) e da fala (dislalia e disartria), aprovada em concurso de ingresso no magistério do ensino fundamental, pudesse ser nomeada desde que inabilitada para a regência de turma. Em 2000, o mesmo órgão, revendo aquela decisão a pedido da interessada, revogou-a e autorizou também a habilitação para a regência de turma. A professora ajuíza ação de responsabilização civil em face do Estado, postulando a reparação de danos materiais e morais por haver sido impedida de reger turma durante quinze anos. Elabore o parecer em que se baseará a resposta do Estado sob a perspectiva da revogação do ato administrativo, tendo como certo que a matéria se insere na competência do órgão e ser incontroverso que a autora efetivamente era portadora das deficiências verificadas em 1985 e que ainda as apresentava em 2000, mitigadas, entretanto, pelo uso de novas tecnologias e terapias compensatórias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão (20 pontos)

Conceitue a ação cautelar e a antecipação da tutela jurisdicional, indicando, sinteticamente, pontos de aproximação e de distinção dos institutos.

2ª Questão (30 pontos)

Disserte sobre a admissibilidade do mandado de segurança contra decisão judicial.

3ª Questão (30 pontos)

Justifique a constitucionalidade, à luz do princípio da isonomia e da garantia da tutela jurisdicional efetiva, da regra do artigo 928, parágrafo único, do CPC.

4ª Questão (20 pontos)

Pode o réu argüir, em apelação, a nulidade do contrato não suscitada anteriormente no primeiro grau de jurisdição?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão (25 pontos)

Pode um juiz de 1º grau, com base nas inovações legislativas introduzidas em matéria de controle de constitucionalidade, reconhecer a inconstitucionalidade incidental de uma norma, sem dar a tal constatação efeitos retroativos?

2ª Questão (25 pontos)

A Assembléia Legislativa do Estado "X" aprovou emenda à Constituição Estadual proibindo a realização de prova oral, de caráter eliminatório ou classificatório, nos concursos para preenchimento de cargos públicos. Opine sobre a constitucionalidade da norma.

3ª Questão (25 pontos)

Comente as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 35/2001 na disciplina das imunidades parlamentares, quanto aos seguintes aspectos:

- o acréscimo do termo "quaisquer" no *caput* do artigo 53;
- a previsão do § 3º do mesmo artigo, especialmente no tocante à situação dos membros do Congresso Nacional em relação aos quais, na vigência da antiga redação do § 1º do artigo 53, tenha sido denegado ou não respondido pedido de autorização para a instauração de processo criminal.

4ª Questão (25 pontos)

Em decorrência da cobrança de créditos, o Estado veio a se tornar acionista majoritário de empresa privada cuja atividade econômica não se enquadra nas hipóteses permitidas no artigo 173, *caput*, da Constituição Federal. Em face da disposição constitucional citada, que providências entende o candidato devam ser tomadas pelo Estado?

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1ª Questão (25 pontos)

Compare a disciplina da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil.

2ª Questão (25 pontos)

Plásticos Especiais S.A., companhia aberta, emitiu e disseminou no mercado ações preferenciais com prioridade no reembolso do capital. Essa mesma sociedade promoveu um lançamento público de debêntures subordinadas, conversíveis em ações.

Ingressando, porém, em uma fase de dificuldades financeiras, a sociedade requereu concordata, que, depois de um ano, face ao agravamento da situação, foi convertida em falência.

Pergunta-se:

As debêntures subordinadas encontram-se sujeitas à concordata?

Como classificar, na falência, o crédito dos debenturistas subordinados face à prioridade no reembolso do capital de que gozam as ações preferenciais?

Poderia a assembléia dos debenturistas, mediante decisão majoritária, e com o objetivo de evitar a falência de emissora, ter determinado a conversão compulsória de todas as debêntures em ações?

3ª Questão (25 pontos)

Conceitue e diferencie boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva.

4ª Questão (25 pontos)

Tício, proprietário de um centenário sobrado no centro do Rio de Janeiro, no qual desenvolve atividade econômica apenas no andar térreo, pretende constituir, por prazo indeterminado, um direito de superfície incidente sobre o segundo andar (e mantendo, portanto, a propriedade plena do andar térreo), com o objetivo de promover a recuperação do prédio, hoje em péssimo estado de conservação. Será possível realizar a operação?

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª Questão (25 pontos)

Comprovando atender aos requisitos para o gozo da imunidade a impostos, a entidade assistencial Lar do Amparo pleiteia que sejam imunes ao ICMS as vendas de doces que a entidade habitualmente promove com o objetivo de angariar receita a ser integralmente aplicada em suas atividades filantrópicas.

Procede a pretensão da entidade?

2ª Questão (25 pontos)

Em 10/10/1995, foi celebrada escritura pública pela qual Romildo de Souza doava a Marina de Castro o imóvel da Rua Bangu nº 30, nesta cidade.

O imposto incidente sobre a doação fora pago, por Marina, em 09/10/1995 e a doação foi registrada, no Registro de Imóveis, em 11/11/1996.

Todavia, a doação veio a ser anulada, por decisão judicial transitada em julgado em 12/12/1997.

Em 11/11/2000, Marina requereu a restituição do valor correspondente ao imposto pago, corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora, ambos a partir da data do pagamento.

Procede o pedido de Marina?

3ª Questão (25 pontos)

Discorra objetivamente sobre o princípio da não-cumulatividade do ICMS, analisando os efeitos das exonerações no início, no meio e no final do ciclo econômico-produtivo.

4ª Questão (25 pontos)

Lei Estadual instituiu Entidade Autárquica regulatória de serviços públicos, delegando-lhe competência para fiscalizar o cumprimento, pelas empresas concessionárias, dos contratos celebrados entre estas e o Estado.

A mesma lei estabeleceu a exigência, denominada “taxa de fiscalização”, de as referidas concessionárias pagarem àquela autarquia, anualmente, quantia equivalente a 0,5% (meio por cento) incidente sobre as tarifas por elas percebidas pelos serviços prestados, quantia essa destinada a remunerar os custos da fiscalização.

Qual a natureza jurídica da aludida “taxa de fiscalização”?

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1ª Questão (20 pontos)

O empregado público concursado tem garantido o seu emprego?

2ª Questão (20 pontos)

Em decisão transitada em julgado, o Estado foi condenado a pagar, a servidor público celetista, parcelas vencidas e vincendas desde 1986. Em fase de liquidação, o servidor apresentou cálculos referentes ao período da condenação até novembro de 2003. Os cálculos foram homologados e o Estado citado. Considerando que o servidor, em agosto de 1990, teve seu regime jurídico convertido em estatutário, manifeste-se o candidato sobre os efeitos da coisa julgada no caso presente.

3ª Questão (20 pontos)

Cabe ação rescisória da sentença de liquidação trabalhista?

4ª Questão (20 pontos)

Empregado de sociedade de economia mista estadual trabalhou no período entre 1985 e 1996, quando foi imotivadamente dispensado. Tendo celebrado o acordo autorizado pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e recebido o valor correspondente, ajuizou em 27 de junho de 2003 contra seu ex-empregador ação trabalhista postulando a diferença da multa prevista no artigo 10, I do ADCT/CF88. Consultado pela ex-empregadora, você, na qualidade de Procurador do Estado, é designado para orientação da defesa. Apresente as suas razões.

5ª Questão (20 pontos)

O Ministério Público do Trabalho ajuíza Ação Civil Pública contra o Estado do Rio de Janeiro, postulando a declaração de nulidade dos contratos administrativos celebrados à luz de lei estadual editada com base no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal. Fundamenta a postulação na inconstitucionalidade da referida lei, por considerar obrigatório o regime do direito do trabalho e, conseqüentemente, a garantia dos direitos sociais do artigo 7º da Constituição Federal.

Designado para a defesa do Estado, apresente seus fundamentos.